

União dos servidores prepara mobilização para dar um **BASTA AO DESGOVERNO GRECA**

Mobilização e visitas dos sindicatos aos locais de trabalho dão início à preparação da Campanha de Lutas 2019



SISMMAC já está funcionando na sede própria. A Inauguração lembrou conquistas dos 30 anos do Sindicato e reforçou que a nova sede deve impulsionar as lutas dos municipais.



Em audiência, Ministério Público do Trabalho exigiu que Prefeitura regularize estágio de apoio à inclusão.

O magistério de Curitiba deu início ao ano de 2019 reforçando os laços de união e companheirismo com os colegas que estiveram e continuarão lado a lado na luta em defesa da educação e contra a retirada de direitos.

Em fevereiro, a direção do SISMMAC acompanhou a nomeação dos 380 novos professores de docência I e visitou as escolas desde a Semana de Estudos Pedagógicos. Além de dar as boas-vindas, essas visitas também

serviram como pontapé inicial para a preparação da Campanha de Lutas que será unificada com os demais servidores municipais de Curitiba.

Essa união já está acontecendo na prática, com visitas conjuntas das direções do SISMMAC e do SISMUC às escolas, CMEIs, postos de saúde, unidades de assistência social e demais equipamentos públicos. Juntos, somos mais de 30 mil servidoras e servidores, que têm contato direto com milhares de traba-

lhadores e trabalhadoras que utilizam e dependem dos serviços públicos.

No mês de março, vamos definir as reivindicações que serão entregues ao prefeito Rafael Greca. Participe da assembleia do dia 27 de março e junte-se à luta em defesa de nossos direitos! Para barrar todos os ataques anunciados para 2019, teremos que movimentar os servidores e a população trabalhadora de nossa cidade para dar um basta ao desmonte dos serviços públicos.

LUTA POR DIREITOS

Mobilização começa

CONSTRUÇÃO DA PAUTA



Assembleia
conjunta
aprovará Pauta
de Reivindicações

27 DE MARÇO
A PARTIR DAS
18h30

LOCAL: SEDE DO SISMUC
(RUA NUNES MACHADO, 1577)

● A assembleia é um espaço para todos os servidores municipais. O papel de garantir que a sua opinião seja levada em consideração é só seu. Venha construir a Pauta Prioritária e a Pauta de Reivindicações da categoria. Esse é um momento de união e de mostrar a nossa força para a Prefeitura. Juntos somos mais fortes!



Março é mês de aprovar nossa Pauta de Reivindicações e, para isso, o magistério tem assembleia no dia 27, em conjunto com os demais servidores de Curitiba.

É hora de unir forças! Além de nos juntarmos aos servidores das demais carreiras do funcionalismo público municipal, precisamos buscar apoio das trabalhadoras e trabalhadores que são atendidos em nossos locais de trabalho. É preciso envolver categoria e comunidade para nos fortalecermos e enfrentarmos a precarização dos serviços públicos.

Nossa única certeza é que em 2019 vai ter muita resistência!

Ataques em curso

Desde que está à frente da Prefeitura de Curitiba, o prefeito Rafael Greca tem evitado negociar as reivindicações dos trabalhadores sob o argumento de que precisa acertar as contas do município.

Entretanto, Greca encerrou o segundo ano do mandato com um aumento de 11,6% no orçamento em comparação com 2017. Você achou pouco? Saiba que esse é o melhor desempenho do orçamento de Curitiba desde 2012. Ou seja, atacar os direitos dos servidores sob a justificativa orçamentária da cidade é, no mínimo, desonesto.

E os ataques não foram poucos! A base de vereadores aliada ao governo:

- aprovou o **pacotão** de maldades;
- congelou os **planos de carreira**;
- atacou o **fundo de previdência** dos servidores; e,
- definiu um **reajuste salarial de 3%, abaixo da inflação e muito aquém do que ficou devendo aos servidores com 31 meses de congelamento dos salários.**

E, ainda existem propostas de ataques que estão em curso e que devem entrar em regime de votação na Câmara Municipal em breve. A contratação via Processo Seletivo Simplificado (PSS) está entre os ataques e vai exigir toda a nossa capacidade de mobilização para que seja barrada.

Construção de Reivindicações

Pagamento do auxílio-transporte

● Todo o caos criado pela Prefeitura com um anúncio da intenção de não pagar o auxílio-transporte em dinheiro, que o utilizamos para colocar comida na mesa, dada que a gestão Greca quer i



CuritibaPREV

● A Prefeitura adiou uma comissão para avaliar o objetivo de garantir que o CuritibaPREV não saísse na rede municipal. A intenção é usar como barganha para a aprovação da proposta de Reforma da Previdência.

● A criação do CuritibaPREV, o fundo de previdência municipal e a criação do CuritibaPREV capital e seus governos escolares. A proposta é a aposentadoria dos trabalhadores em Curitiba cada vez mais e receber cada vez mais.

Você pode conferir mais informações sobre a Reforma da Previdência no nosso Jornal Mural deste mês.

NÃO ADMITIR

com assembleia para Pauta de REIVINDICAÇÕES

io da Pauta Reivindicações

● No dia 27, vamos nos reunir para discutir e aprovar a Pauta de Reivindicações do magistério. Nos últimos anos, a administração municipal negligenciou as reivindicações dos servidores e as negociações ocorreram apenas para cumprir tabela. Mas, é importante ressaltar que, para além da construção de uma pauta, o que faz com que tenhamos verdadeiras conquistas e avanços

significativos é a união e a mobilização do conjunto da categoria.

Diante de uma gestão inflexível e pouco comprometida com os trabalhadores, nossa única resposta é a luta.

E os principais ataques, que devem fazer parte da Pauta Prioritária das professoras e professores da rede, aos quais teremos que resistir, já foram anunciados:

Auxílio transporte em crédito no cartão

feitura no ano passado em relação ao pagamento do auxílio-transporte foi a administração, que pode por o plano em prática em 2019. O pagamento do auxílio é um complemento de renda para as professoras e professores da rede, para quem não tem combustível no carro e dar conta de uma rotina que já é bem intensa. A medida representa uma redução real do salário de todos os servidores.



Contratação via PSS

● Barrar a terceirização e, consequentemente, a precarização do trabalho no serviço público é uma tarefa de todos. Onde foram aprovados, os contratos temporários viraram política de contratação, nivelaram os direitos dos servidores por baixo e acabaram com os concursos públicos. O projeto está em tramitação na Câmara de Vereadores e pode ser votado a qualquer momento.

Contratação substancial de novos servidores para o início deste ano com o auxílio-transporte já estivesse funcionando para os trabalhadores que ingressaram em 2018. A intenção do governo Greca é capitalizar a aposentadoria dos servidores no mercado da previdência privada.

A previdência que circula em nível municipal não são mera coincidência. O governo Greca tem alvos para atacar e a bola da vez são os servidores. A lógica é a mesma: trabalhar cada vez menos.



Congelamento do Plano de Carreira

● E, para além desses, também teremos que brigar pelo descongelamento do plano de carreira do magistério.

De acordo com a lei 15.043/2017, do pacote, os planos de carreira dos servidores municipais devem ser revistos e aprovados até o final de 2019. Entretanto, é com essa revisão que devemos estar atentos. Queremos que o Plano de Carreira, estabelecido pela lei 14.544/2014, seja descongelado na íntegra, da forma como lutamos, com duas intensas greves, para que ele fosse aprovado.

REMOUS RETROCESSOS E NEM RETIRADAS DE DIREITO SEM LUTA. FIRMES!

MULHERES NA LUTA

DIA DA MULHER é marco na luta por condições de trabalho e igualdade de direitos

Mobilização para impedir retrocessos e conservar direitos conquistados mantém viva a memória de luta do 8 de março

Já imaginou ter que trabalhar 14 horas por dia, sem direito a férias, licença-maternidade e não ter nem onde deixar os filhos? Sua vida seria assim se não fosse a luta de milhares de trabalhadoras que há mais de 100 anos se colocam em movimento, ombro a ombro com os trabalhadores, para cobrar a redução da jornada, melhores condições de trabalho e a garantia de direitos negados durante séculos às mulheres.

No Brasil, as mulheres não podiam sequer estudar até o século XIX. A educação era mínima e se limitava à classe mais abastada. Julia Wanderley foi a primeira professora contratada pelo gover-

no do estado do Paraná em 1892, após ter liderado o movimento pelo ingresso de mulheres na escola normalista.

Em resposta à pressão feminina, a carreira docente passou a ser permitida às mulheres dentro dos limites da ideologia machista. A jornada de trabalho em meio período permitia que as mulheres continuassem responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com os filhos. Além disso, a remuneração paga às professoras era vista apenas como um complemento da renda familiar, já que cabia aos homens o papel de provedor da casa. A docência foi tratada como uma vocação ligada à

maternidade, uma espécie de sacerdócio que as mulheres deveriam desempenhar por amor.

O magistério se tornou uma profissão predominantemente feminina ao longo da história e as péssimas condições de trabalho, baixa remuneração e desvalorização impostas à carreira estão relacionadas com a desigualdade entre profissões consideradas masculinas e femininas. As professoras e professores recebem 25% menos do que outros trabalhadores com mesma escolaridade. A visão da docência como uma vocação é usada até hoje por políticos para justificar os baixos salários.

MULHERES SÃO MAIORIA NA DOCÊNCIA, EM TODOS OS NÍVEIS DE ENSINO, COM EXCEÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

	MULHER	HOMEM
EDUCAÇÃO INFANTIL	96,6%	3,4%
ENSINO FUNDAMENTAL (Séries Iniciais)	90%	10%
ENSINO FUNDAMENTAL (Séries finais)	70%	30%
ENSINO MÉDIO	59,6%	40,4%
ENSINO SUPERIOR	45,5%	55,5%

Fonte: Censo Escolar e Censo do Ensino Superior/INEP 2017

- São 2,5 milhões de educadoras e educadores brasileiros, considerando todos os níveis de ensino. 75% são mulheres.
- Mulheres são maioria esmagadora na educação infantil e nas séries iniciais do fundamental. Homens ainda são maioria no ensino superior, nível de maior prestígio e maiores salários.



REFORMA DA PREVIDÊNCIA: ATAQUE DOBRADO ÀS MULHERES

A proposta de Bolsonaro para a Reforma da Previdência pretende acabar com o que foi conquistado com muita luta pelas trabalhadoras e trabalhadores. Se a proposta for aprovada, as mulheres serão as principais penalizadas.

Para as professoras, são pelo menos 10 anos a mais de trabalho para garantir a aposentadoria com 80% do valor do benefício. Para ter direito a 100% da média de todos os salários, o tempo mínimo de contribuição passará dos atuais 25 anos para 40 anos, totalizando 15 anos a mais de contribuição.

A proposta de igualar a idade para aposentadoria em 60 anos para homens e mulheres se apoia em um discurso hipócrita que busca minimizar a sobrecarga gerada pela dupla jornada. Na prática, a proposta também acaba com o direito à aposentadoria especial para o magistério, desconsiderando o nível de adoecimento e o desgaste físico e psicológico do professor em sala de aula.



Foi com a luta que as mulheres conquistaram direitos e é na luta que iremos impedir que eles sejam retirados!

